

Quarta-Feira, 30 de Setembro de 2026

Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

A definição mais aceita de política é aquela que a compreende como a atividade exercida pelo cidadão quando participa dos assuntos públicos por meio de sua opinião, de suas escolhas e do voto.

A palavra política tem origem no termo grego polis, que significa cidade. Na Grécia Antiga, o conceito estava relacionado à organização das cidades-estado e às ações destinadas a estabelecer regras de convivência entre seus habitantes e também nas relações com outras cidades-estado.

Para que um Estado seja politicamente bem organizado, não basta possuir boas leis. É necessário, sobretudo, garantir sua execução. A submissão às leis existentes constitui uma das bases de uma boa ordem; a outra está no próprio valor e na qualidade das leis às quais a sociedade se submete.

É dentro desse contexto que o Brasil chega à efervescência das eleições de 2026. A disputa envolve os cargos majoritários e proporcionais, com a corrida pelo Senado e pelos governos estaduais ganhando cada vez mais espaço no debate político.

Em Mato Grosso, não é diferente.

Um dos movimentos que merece atenção é a Federação União Progressista, formada por União Brasil e Progressistas. O Tribunal Superior Eleitoral aprovou o registro da federação em março de 2026. Em Mato Grosso, a direção estadual foi posteriormente definida, tendo o ex-governador Mauro Mendes como presidente e o ex-senador Cidinho Santos como vice-presidente.

A composição reúne parlamentares e lideranças políticas do Estado. O diretório estadual possui papel relevante na definição das candidaturas, alianças e estratégias eleitorais da federação.

É nesse tabuleiro que surge o nome de Mauro Mendes, agora postulante a uma das vagas de Mato Grosso no Senado Federal.

O peso de um legado

Mauro Mendes chega à disputa eleitoral carregando consigo um período de administração pública que se estendeu por mais de sete anos, primeiro como governador e, posteriormente, deixando o cargo para disputar as eleições de 2026.

Ao lado de Otaviano Pivetta, seu então vice-governador, Mendes esteve à frente de um ciclo administrativo marcado por investimentos em infraestrutura e saúde.

Pivetta assumiu definitivamente o Governo de Mato Grosso em março de 2026, após a renúncia de Mauro Mendes.

Quando Mauro Mendes assumiu o governo, em 2019, Mato Grosso enfrentava uma situação fiscal e administrativa bastante delicada, segundo os números e diagnósticos apresentados pela própria gestão à época.

A partir daí, começou um processo de reorganização das contas públicas e de retomada de investimentos que, na visão deste articulista, passou a marcar a trajetória administrativa do ex-governador.

E é justamente esse conjunto de ações que hoje retorna ao centro do debate eleitoral.

Infraestrutura como marca administrativa

Entre os principais pontos destacados pela gestão está a infraestrutura.

Mato Grosso passou a executar um amplo programa de pavimentação, recuperação de rodovias e construção de pontes, com investimentos distribuídos por diferentes regiões do Estado.

A duplicação da BR-163 também passou a fazer parte dessa estratégia, após o Governo de Mato Grosso assumir a concessão do trecho e anunciar investimentos bilionários para a rodovia.

São números que, independentemente da avaliação política que cada eleitor possa fazer, fazem parte do balanço administrativo apresentado pelo governo e ajudam a compreender a dimensão da infraestrutura como uma das marcas da gestão.

Saúde: a retomada de uma obra histórica

Na saúde pública, talvez o exemplo mais emblemático seja o Hospital Central de Mato Grosso.

A obra permaneceu paralisada durante 34 anos até ser retomada pelo Governo do Estado em 2020. O projeto foi reformulado, ampliado e transformado em uma unidade destinada ao atendimento de alta complexidade.

O Hospital Central foi finalmente inaugurado em dezembro de 2025 e passou a integrar a estrutura pública de saúde do Estado. A unidade foi projetada com 290 leitos, incluindo leitos de UTI e enfermaria, além de dez salas cirúrgicas.

A retomada do Hospital Central, portanto, tornou-se um dos símbolos mais fortes da administração de Mauro Mendes.

Além dele, o governo também conduziu a construção de hospitais regionais em diferentes municípios do interior, entre eles Alta Floresta, Tangará da Serra, Juína e Confresa, além do novo Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá.

O objetivo declarado dessas obras é ampliar a oferta de atendimento especializado e reduzir a necessidade de deslocamento de pacientes do interior para a capital.

O legado nas urnas

É nesse cenário que o legado administrativo passa a ocupar espaço na disputa eleitoral.

Mauro Mendes tenta transformar em capital político aquilo que considera resultados concretos de sua passagem pelo Governo de Mato Grosso. Seus adversários, naturalmente, têm outra leitura sobre sua gestão e sobre o significado político desse legado.

É justamente esse confronto de narrativas que faz parte de uma eleição.

As pesquisas eleitorais divulgadas em setembro mostram Mendes entre os nomes mais citados na disputa pelo Senado, embora os resultados variem conforme o instituto, a metodologia e o período de realização.

Levantamento do Paraná Pesquisas divulgado em 9 de setembro apontou Mendes com 55% das intenções de voto, enquanto pesquisa Real Time Big Data divulgada em 3 de setembro registrou 27% para Mendes e 26% para Janaína Riva no voto consolidado.

Os números mostram, portanto, um cenário eleitoral em movimento, que deve continuar sendo alterado à medida que a campanha avançar.

E é justamente nesse ambiente que o passado administrativo passa a ser confrontado com o presente político.

Quanto mais batem, mais cresce?

Ataques políticos fazem parte de qualquer processo eleitoral. A questão central, porém, é saber até que ponto eles conseguem modificar a percepção do eleitor diante de uma trajetória administrativa marcada por obras e investimentos.

Na avaliação deste articulista, Mauro Mendes chega à disputa pelo Senado levando consigo um patrimônio político construído ao longo de sua passagem pelo Executivo estadual.

Pode-se concordar ou discordar das prioridades adotadas, questionar decisões, criticar determinadas políticas públicas ou reconhecer resultados. Isso faz parte do processo democrático.

Mas uma coisa é inegável: uma administração pública deixa marcas, e essas marcas acabam sendo levadas para o julgamento das urnas.

Mauro Mendes aposta nesse legado.

Se as obras, investimentos e resultados apresentados pela sua gestão serão suficientes para convencer o eleitor, essa é uma decisão que pertence exclusivamente à população mato-grossense.

Como diz o verso que dá título a este artigo: quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Professor Licio Antonio Malheiros é jornalista, articulista e geógrafo